

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 90072/2023

Última atualização 15/02/2024

Local: Redenção/CE **Órgão:** UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Unidade compradora: 158565 - UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, caput **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 15/02/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 123979300000100-1-000009/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

compra de um terreno, com 580 m², às margens do novo trecho da CE 060 (estrada antiga Baturité-Fortaleza),

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 56.900,00	R\$ 56.900,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Imóvel definição: urbano, situação: sem construção, tipo de utilização: institucional terreno , em formato trapezoidal, as margens do novo trecho da CE060 (estrada antiga BaturitéFortaleza), delimitado pela faixa de domínio da rodovia (ao sul), e o terreno da UNILAB ao norte, Redenção - CE. Coordenadas: 531760 m E, 9533625 m S	1	R\$ 56.900,00	R\$ 56.900,00	

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

